



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Milton José Neves

016
648
JP

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - APELAÇÃO CÍVEL n.º 0161536-9

APELANTE: COOPERATIVA HABITACIONAL AUTOFINANCIADA RECIFE

APELADO: MÁRIO SILVA GOUVEIA LIMA

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 253/2009

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. BLOQUEIO DE ATIVOS DE COOPERATIVA SUPOSTAMENTE PERTENCENTE A UM MESMO GRUPO ECONÔMICO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS SEUS PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS. FIGURA DO COOPERADO QUE NÃO SE CONFUNDE COM A DE CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DAS NORMAS CONSUMERISTAS E DA TEORIA MENOR. PRECEDENTES DO STJ. APELO PROVIDO, JULGANDO-SE PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, COM INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. 1 - Na hipótese dos autos, não houve prova de qualquer situação excepcional que autorizasse o julgador a desconsiderar a executada como pessoa jurídica, para executar bens de cooperativa distinta, que nem mesmo faz parte do seu quadro societário. Apenas um pedido formulado sob o pálio do "ouvir dizer". 2 - Se o exequente pretendia avançar sobre o patrimônio de outras cooperativas, a pretexto de pertencerem ao mesmo grupo econômico, deveria ter requerido as suas citações, a fim de favorecer o contraditório e a ampla defesa, antes do deferimento de qualquer medida coercitiva. 3 - Não há como afastar a personalidade jurídica da cooperativa e avançar sobre os bens dos cooperados, se dentre eles está o próprio exequente. Os cooperados seriam os primeiros atingidos por força dessa desconsideração, antecedendo o suposto grupo econômico que, noutra ponta, também é formado por cooperados diversos, sendo perfeitamente natural, aliás, que haja pessoas físicas participando de mais de uma cooperativa. 4 - O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria (art. 79, parágrafo único, da Lei 5.764/71), pelo que não pode ser confundido com as relações de consumo. 5 - No mesmo sentido: REsp 93.291/PR, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2005, DJ 19/09/2005 p. 327.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *à unanimidade, em dar provimento ao apelo, para reformar a sentença de 1º grau julgando procedentes os embargos de terceiros, interpostos pela ora apelante e invertendo o ônus da sucumbência, tudo nos termos do voto da turma.*

Recife, 22 de dezembro de 2009.

5490

Desembargador Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

ar
649
JP

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - APELAÇÃO CÍVEL n.º 0161536-9

APELANTE: *COOPERATIVA HABITACIONAL AUTOFINANCIADA RECIFE.*

APELADO: *MÁRIO SILVA GOUVEIA LIMA.*

RELATOR: *DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES.*

RELATÓRIO

Cuidam os autos de apelação cível interposta à iniciativa de COOPERATIVA HABITACIONAL AUTOFINANCIADA RECIFE contra a r. sentença proferida pelo Excelentíssimo Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Recife, que julgou improcedente o pedido formulado nos domínios de embargos de terceiro ajuizados contra MÁRIO SILVA GOUVEIA DE LIMA, confirmando a desconsideração da personalidade jurídica da executada, COOPERATIVA HABITACIONAL AUTOFINANCIADA PERNAMBUCO, e mantendo bloqueados valores pertencentes a ora apelante (fls. 166/170 dos autos executivos, acostados por cópia às fls. 362/366).

De acordo com os termos sentenciais, o Juízo de primeiro grau divisou que tanto a executada quanto a apelante, para além de participarem de um mesmo grupo econômico - consistindo em várias cooperativas sujeitas à atividade de assessoramento de outra, com endereços idênticos -, possuem associados comuns, inclusive em cargos diretivos (fls. 136/140).

Sustenta a apelante, nas razões do seu inconformismo (fls. 143/146), que não há provas da interligação entre as cooperativas ou de ilicitudes que tenham sido praticadas por estas, como por exemplo, transferências de recursos de uma para outra.

Pondera, ainda, que as cooperativas habitacionais são regidas pela Lei Federal nº 5.764/71, com as disposições posteriores do art. 5º, inciso XVIII, da Constituição Federal, e arts. 1.093 a 1.098 do NCC, sendo que os associados ostentam a qualidade de donos do empreendimento, subscrevendo quotas-partes do capital social, responsabilizando-se por despesas, prejuízos e



018
630
16

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

dívidas perante terceiros, sendo clara a distinção com as incorporações imobiliárias. Nestas, o consumidor não se torna parte da empresa incorporadora, não podendo interferir nem ocupar cargos nos seus órgãos internos, e nem assume responsabilidade perante terceiros pela dívida da sociedade.

Acrescenta que *“Na cooperativa habitacional, a aquisição do imóvel se fará a preço de custo. Na incorporação imobiliária, a aquisição se fará por um preço superior ao de custo, posto que incluído o lucro do incorporador e as despesas com o registro da incorporação imobiliária (art. 32 da Lei nº 4.591/64).”*

Por fim, aduz que o apelado participava apenas de outra cooperativa, contra qual dirige sua ação de execução, não sendo justo que se venha a bloquear numerário pertencente à apelante, estranha a essa relação jurídica material. Sustenta também ser irrelevante a presença de alguns associados em comum nas referidas cooperativas, decorrência natural da liberdade de associação.

Em contra-razões (fls. 151/156), sustenta o apelado que, anteriormente, a executada interpôs o agravo de instrumento nº 0150035-0 (fls. 171 e 592/596), sendo que esse recurso fora fulminado devido à ilegitimidade recursal, já que a recorrente, naquela ocasião, pretendia defender patrimônio de outra cooperativa, qual seja, a ora apelante, ao requerer o desbloqueio de contas bancárias que não lhe dizem respeito, restando evidenciada a unicidade de interesses do grupo econômico do qual fazem parte.

Ao final, pleiteia seja negado provimento ao apelo.

É o relatório. À revisão.

Recife, 17 de fevereiro de 2009.


Des. Milton José Neves
Relator



019 651
P

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

VOTO

Ementa: Apelação Cível. Execução de título judicial. Embargos de terceiro. Bloqueio de ativos de cooperativa supostamente pertencente a um mesmo grupo econômico. Desconsideração da personalidade jurídica. Ausência de demonstração dos seus pressupostos específicos. Figura do cooperado que não se confunde com a de consumidor. Inaplicabilidade das normas consumeristas e da teoria menor. Precedentes do STJ. Apelo provido, julgando-se procedente o pedido contido na inicial, com inversão do ônus da sucumbência. 1 - Na hipótese dos autos, não houve prova de qualquer situação excepcional que autorizasse o julgador a desconsiderar a executada como pessoa jurídica, para excutir bens de cooperativa distinta, que nem mesmo faz parte do seu quadro societário. Apenas um pedido formulado sob o pálio do "ouvir dizer". 2 - Se o exequente pretendia avançar sobre o patrimônio de outras cooperativas, a pretexto de pertencerem ao mesmo grupo econômico, deveria ter requerido as suas citações, a fim de favorecer o contraditório e a ampla defesa, antes do deferimento de qualquer medida coercitiva. 3 - Não há como afastar a personalidade jurídica da cooperativa e avançar sobre os bens dos cooperados, se dentre eles está o próprio exequente. Os cooperados seriam os primeiros atingidos por força dessa desconsideração, antecedendo o suposto grupo econômico que, noutra ponta, também é formado por cooperados diversos, sendo perfeitamente natural, aliás, que haja pessoas físicas participando de mais de uma cooperativa. 4 - O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria (art. 79, parágrafo único, da Lei 5.764/71), pelo que não pode ser confundido com as relações de consumo. 5 - No mesmo sentido: REsp 93.291/PR, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2005, DJ 19/09/2005 p. 327.



000 652
10

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Compulsando os presentes fólios, observo que o apelado/exeqüente solicitou ao Juízo *a quo*, no curso da ação de execução, o bloqueio de ativos financeiros de outras cooperativas (fls. 250/251), cujos endereços são idênticos (vide fls. 252/258), sob o argumento de que fazem parte de um mesmo grupo econômico capitaneado pela COOPERATIVA GUARARAPES.

Acontece que a COOPERATIVA GUARARAPES, pelo próprio folder acostado pelo exeqüente (fl. 260), cuida das atividades de assessoramento técnico, jurídico, contábil e administrativo das demais Cooperativas que contratam seus serviços, inclusive cedendo espaço físico de funcionamento, e viabilizando os empreendimentos habitacionais de interesse dos associados destas.

O único fato levantado pelo apelado/exeqüente, para justificar o bloqueio de ativos de outras cooperativas estranhas à execução, é que chegara aos seus ouvidos *"a informação de que os cooperados da executada receberam uma correspondência timbrada da Cooperativa Guararapes, administradora da executada, informando que em virtude de problemas de ordem judicial em suas contas-correntes, os cooperados deveriam fazer seus pagamentos em carteira, no endereço da Cooperativa Guararapes"* (fl. 251). Sequer, porém, fez o exeqüente a juntada dessa correspondência ou a demonstração das dificuldades aludidas.

A executada rechaçou essa pretensão, levantando farto repertório jurisprudencial (fls. 302/306).

O Juiz monocrático, todavia, entendeu existir entre as partes uma relação de consumo, aplicando os seguintes arestos:

Responsabilidade civil e Direito do consumidor. Recurso especial. Shopping Center de Osasco-SP. Explosão. Consumidores. Danos materiais e morais. Ministério Público. Legitimidade ativa. Pessoa jurídica. Desconsideração. Teoria maior e teoria menor. Limite de responsabilização dos sócios. Código de Defesa do Consumidor. Requisitos. Obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos



024653
L

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

consumidores. Art. 28, § 5º. - Considerada a proteção do consumidor um dos pilares da ordem econômica, e incumbindo ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, possui o Órgão Ministerial legitimidade para atuar em defesa de interesses individuais homogêneos de consumidores, decorrentes de origem comum. - A teoria maior da desconconsideração, regra geral no sistema jurídico brasileiro, não pode ser aplicada com a mera demonstração de estar a pessoa jurídica insolvente para o cumprimento de suas obrigações. Exige-se, aqui, para além da prova de insolvência, ou a demonstração de desvio de finalidade (teoria subjetiva da desconconsideração), ou a demonstração de confusão patrimonial (teoria objetiva da desconconsideração). - A teoria menor da desconconsideração, acolhida em nosso ordenamento jurídico excepcionalmente no Direito do Consumidor e no Direito Ambiental, incide com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial. - Para a teoria menor, o risco empresarial normal às atividades econômicas não pode ser suportado pelo terceiro que contratou com a pessoa jurídica, mas pelos sócios e/ou administradores desta, ainda que estes demonstrem conduta administrativa proba, isto é, mesmo que não exista qualquer prova capaz de identificar conduta culposa ou dolosa por parte dos sócios e/ou administradores da pessoa jurídica. - A aplicação da teoria menor da desconconsideração às relações de consumo está calcada na exegese autônoma do § 5º do art. 28, do CDC, porquanto a incidência desse dispositivo não se subordina à demonstração dos requisitos previstos no caput do artigo indicado, mas apenas à prova de causar, a mera existência da pessoa jurídica, obstáculo ao ressarcimento de



022 654
2

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

prejuízos causados aos consumidores. - Recursos especiais não conhecidos. (REsp 279273/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/2003, DJ 29/03/2004 p. 230)

* * *

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU FALTA DE MOTIVAÇÃO NO ACÓRDÃO A QUO. EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL. DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA. GRUPO DE SOCIEDADES COM ESTRUTURA MERAMENTE FORMAL. PRECEDENTE. 1. Recurso especial contra acórdão que manteve decisão que, desconsiderando a personalidade jurídica da recorrente, deferiu o arresto do valor obtido com a alienação de imóvel. 2. Argumentos da decisão a quo que são claros e nítidos, sem haver omissões, obscuridades, contradições ou ausência de fundamentação. O não-acatamento das teses contidas no recurso não implica cerceamento de defesa. Ao julgador cabe apreciar a questão de acordo com o que entender atinente à lide. Não está obrigado a julgar a questão conforme o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso. Não obstante a oposição de embargos declaratórios, não são eles mero expediente para forçar o ingresso na instância especial, se não há omissão a ser suprida. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC quando a matéria enfocada é devidamente abordada no arresto a quo. 3. "A desconsideração da pessoa jurídica, mesmo no caso de grupos econômicos, deve ser reconhecida em situações excepcionais, onde se visualiza a confusão



023 655
L

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

de patrimônio, fraudes, abuso de direito e má-fé com prejuízo a credores. No caso sub judice, impedir a desconsideração da personalidade jurídica da agravante implicaria em possível fraude aos credores. Separação societária, de índole apenas formal, legitima a irradiação dos efeitos ao patrimônio da agravante com vistas a garantir a execução fiscal da empresa que se encontra sob o controle de mesmo grupo econômico" (Acórdão a quo). 4. "Pertencendo a falida a grupo de sociedades sob o mesmo controle e com estrutura meramente formal, o que ocorre quando diversas pessoas jurídicas do grupo exercem suas atividades sob unidade gerencial, laboral e patrimonial, é legítima a desconsideração da personalidade jurídica da falida para que os efeitos do decreto falencial alcancem as demais sociedades do grupo. Impedir a desconsideração da personalidade jurídica nesta hipótese implicaria prestigiar a fraude à lei ou contra credores. A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica dispensa a propositura de ação autônoma para tal. Verificados os pressupostos de sua incidência, poderá o Juiz, incidentemente no próprio processo de execução (singular ou coletiva), levantar o véu da personalidade jurídica para que o ato de expropriação atinja terceiros envolvidos, de forma a impedir a concretização de fraude à lei ou contra terceiros" (RMS nº 12872/SP, Relª Minª Nancy Andrichi, 3ª Turma, DJ de 16/12/2002). 5. Recurso não-provido. (REsp 767021/RJ, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/08/2005, DJ 12/09/2005 p. 258)

* * *

Processo civil. Recurso ordinário em mandado de segurança. Desconsideração da personalidade jurídica de sociedade empresária. Sócios alcançados pelos



024 656
2

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

efeitos da falência. Legitimidade recursal. - A aplicação da teoria da desconconsideração da personalidade jurídica dispensa a propositura de ação autônoma para tal. Verificados os pressupostos de sua incidência, poderá o Juiz, incidentemente no próprio processo de execução (singular ou coletiva), levantar o véu da personalidade jurídica para que o ato de expropriação atinja os bens particulares de seus sócios, de forma a impedir a concretização de fraude à lei ou contra terceiros. - O sócio alcançado pela desconconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária torna-se parte no processo e assim está legitimado a interpor, perante o Juízo de origem, os recursos tidos por cabíveis, visando a defesa de seus direitos. Recurso ordinário em mandado de segurança a que se nega provimento. (RMS 16274/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2003, DJ 02/08/2004 p. 359)

Na hipótese dos autos, porém, não houve prova de qualquer situação excepcional que autorizasse o julgador a desconsiderar a executada como pessoa jurídica, para excutir bens de cooperativa distinta, que nem mesmo faz parte do seu quadro societário. Apenas um pedido formulado sob o pálio do "ouvir dizer". Ademais, se o exequente pretendia avançar sobre o patrimônio de outras cooperativas, a pretexto de pertencerem ao mesmo grupo econômico, deveria ter requerido as suas citações, a fim de favorecer o contraditório e a ampla defesa, antes do deferimento de qualquer medida coercitiva. Também não há como afastar a personalidade jurídica da cooperativa e avançar sobre os bens dos cooperados, se dentre eles está o próprio exequente. Os cooperados seriam os primeiros atingidos por força dessa desconconsideração, antecedendo o suposto grupo econômico que, noutra ponta, também é formado por cooperados diversos, sendo perfeitamente natural, aliás, que haja pessoas físicas participando de mais de uma cooperativa.

Soam mais apropriados ao caso, a meu ver, os arestos seguintes:



025 657
L

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Ementa: AGRADO REGIMENTAL EM AGRADO DE INSTRUMENTO. EFEITO SUSPENSIVO ATRIBUÍDO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESCONSIDERAÇÃO IMOTIVADA DA PESSOA JURÍDICA. PRESSUPOSTOS NÃO ATENDIDOS. PENHORA DE BENS DOS SÓCIOS. LIMITE DE RESPONSABILIZAÇÃO PELAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. (TJPE, Agravo Regimental nº 0087697-5/01, Rel. Des. Milton José Neves, 3ª Câmara Cível, unânime, j. em 25/10/2005).

* * *

Ementa: SOCIEDADE COMERCIAL. Responsabilidade dos sócios. Inexistência dos pressupostos. Admitida pela doutrina e pela lei a desconsideração da sociedade para atingir os bens dos sócios, a sua decretação somente pode ser deferida quando provados os seus pressupostos, o que não aconteceu no caso dos autos. Art. 10 do Dec. 3708/19. Recurso não conhecido. (REsp 256292/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Quarta Turma, unânime, DJ 25.09.2000 p. 107).

* * *

Ementa: PROCESSO CIVIL. PESSOA JURÍDICA. DESPERSONALIZAÇÃO. A despersonalização da pessoa jurídica é efeito da ação contra ela proposta; o credor não pode, previamente, despersonalizá-la, endereçando a ação contra os sócios. Recurso especial não conhecido. (REsp 282266/RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Terceira Turma, unânime, DJ 05.08.2002 p. 328).



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Ementa: EMBARGOS À EXECUÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PARA ATINGIR EMPRESA QUE NÃO FOI PARTE NA AÇÃO ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. Nula, a teor do artigo 472, CPC, a decisão que estende a coisa julgada a terceiro que não integrou a respectiva relação processual. A desconsideração da pessoa jurídica é medida excepcional que reclama o atendimento de pressupostos específicos relacionados com a fraude ou abuso de direito em prejuízo de terceiros, o que deve ser demonstrado sob o crivo do devido processo legal. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 347524/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Quarta Turma, unânime, DJ 19.05.2003 p. 234).

Jurisprudência mais específica que a citada pelo Juízo *a quo*, inclusive, firmou posicionamento no sentido de que não há relação de consumo entre cooperativa e cooperado, senão vejamos:

EXECUÇÃO. COOPERATIVA. CONFISSÃO DE DÍVIDA E NOTA PROMISSÓRIA. ENCARGOS PACTUADOS. ALEGAÇÃO DE ONEROSIDADE EXCESSIVA. - Fundamentos expendidos pelas instâncias ordinárias que não são objeto de impugnação por parte do cooperado. - **Inaplicabilidade ao caso do disposto no art. 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, não só por ostentar o recorrente a qualidade de mero cooperado, mas também porque a taxa cobrada dos encargos diz respeito também a serviços de utilização comum postos à disposição dos associados.** Recurso especial não conhecido. (REsp 93.291/PR, Rel. Ministro BARROS



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em
17/05/2005, DJ 19/09/2005 p. 327)

Extraio trechos dos votos proferidos nesse último
julgado, por ser de absoluto interesse, *in verbis*:

Em primeiro lugar, consoante acentuado pela decisão
de 1º grau, o ora recorrente não se põe na condição de
consumidor, mas meramente de cooperado, qualidade
esta que arreda a arguição de preceitos constantes da
legislação consumerista. Depois, a taxa de 41% a.m.
refere-se não somente ao custo de captação dos recursos
financeiros pela Cooperativa no mercado, mas também,
conforme consignado em ambos os decisórios, ao
ressarcimento pelas despesas havidas com os serviços
de utilização comum postos à disposição dos
associados.

Por essas razões é que não se verifica a alegada afronta
às normas invocadas do CDC, até mesmo porque, como
dito, elas não encontram aplicabilidade no caso em
exame.

* * *

Rogando vênias à divergência, efetivamente não há
relação de consumo entre a cooperativa e o
cooperativado, em face da vinculação entre eles,
expressada nos arts. 79 e 80, verbis:

"Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os
praticados entre as cooperativas e seus associados, entre
estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando
associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica
operação de mercado, nem contrato de compra e venda
de produto ou mercadoria.



028 660
L

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Art. 80. As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta da fruição de serviços.

Parágrafo único. A cooperativa poderá, para melhor atender à equanimidade de cobertura das despesas da sociedade, estabelecer:

I - rateio, em partes iguais, das despesas gerais da sociedade entre todos os associados, quer tenham ou não, no ano, usufruído dos serviços por ela prestados, conforme definidas no estatuto;

II - rateio, em razão diretamente proporcional, entre os associados que tenham usufruído dos serviços durante o ano, das sobras líquidas ou dos prejuízos verificados no balanço do exercício, excluídas as despesas gerais já atendidas na forma do item anterior.

Art. 81. A cooperativa que tiver adotado o critério de separar as despesas da sociedade e estabelecido o seu rateio na forma indicada no parágrafo único do artigo anterior deverá levantar separadamente as despesas gerais”.

No caso dos autos, a Cooperativa captou no mercado financeiro recursos, pagando juros, e os repassou ao cooperativado, para financiamento da produção ou finalidade correlata.

Assim, ela, sim, poderia ser enquadrada como consumidora frente àquele com quem contratou, mas não o destinatário dos recursos perante ela, já que ele próprio a integra, e é titular de seu patrimônio, direitos e obrigações, como associado.

De outra parte, o inadimplemento ou a alteração do contrato entre a Cooperativa e o cooperado traz efeitos



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

029 661
L

diretos para os demais cooperativados, que, como se disse e se sabe, participam das sobras e prejuízos. Em outras palavras, a Cooperativa terá de arcar com a diferença perante o credor, e o prejuízo advindo da diferença será repartido pelos associados, o que não guarda razoabilidade.

* * *

O deslinde da questão passa por uma análise do conceito de consumidor e a admissibilidade de aplicação da Lei 8.078/90 na relação entre cooperativa e cooperado.

O artigo 2º da lei acima mencionada define consumidor como “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”.

Conforme já pontuei alhures, por ocasião do proferimento de voto-vista no REsp nº 541.867/BA, em que pese o prestígio recebido pela teoria maximalista do Direito Consumerista, parece-me mais condizente com a *ratio legis* a concepção finalista daquela, é dizer, é imprescindível à conceituação de consumidor que a destinação final do produto ou serviço seja entendida como econômica, significando que a aquisição de um bem ou a utilização de um serviço satisfaça uma necessidade pessoal do adquirente ou utente, pessoa física ou jurídica, e não objetive o desenvolvimento de outra atividade profissional.

Desta forma, o conceito de consumidor, na esteira do finalismo, restringe-se às pessoas físicas ou jurídicas, não-profissionais, que não visam lucro em suas atividades, e que contratam com profissionais. Entende-se que não há que se falar em consumo final, mas intermediário, quando um profissional adquire produto ou usufrui um serviço com o fim de, direta ou



030 662
L

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

indiretamente, dinamizar ou instrumentalizar seu próprio negócio lucrativo.

Ademais, dentro das relações consumeristas, parte-se da premissa da fragilidade do consumidor perante o fornecedor, sendo este reconhecimento devido, nas palavras de Rizzatto Nunes, “à insuficiência técnica” daquele perante este, já que “o consumidor não participa do ciclo de produção e, na medida que não participa, ele não tem acesso aos meios de produção nem como controlar aquilo que ele compra de produtos e serviços; não tem como decidir o que nem como produzir e à medida que não tem como decidir o que ou como produzir, ele precisa de proteção. (NUNES, Rizzatto. “Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”. São Paulo, Ed. Saraiva, 2005, p. 63).

Por este mesmo motivo, ao consumidor não cabe arcar com os riscos do negócio empreendido pelo fornecedor ou produtor do serviço ou produto por ele usufruído. Este se limita àquele que empreendeu, pois somente ele tem a capacidade ou o poder de decidir os rumos do próprio negócio. Por isso, o risco inerente da atividade econômica implementada deverá ser arcado sempre pelo fornecedor, nunca pelo consumidor.

A cooperativa, de outro lado, segundo Maria Helena Diniz, “é uma associação sob a forma de sociedade de pessoas, de natureza civil, cujos indivíduos que a integram unem-se pela colaboração e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades.”

Tendo origem no ano de 1844, em Rochdale, Inglaterra, a sociedade cooperativa teve como intuito, em uma análise sociológica, ir de encontro à lei de competição reinante, adotando, ao invés, a cooperação.



02 663
L

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Doutrinariamente, encontramos vários debates acerca de sua natureza e seus objetivos, sendo certo que hoje se encontra pacificada a concepção de que se trata de um movimento de ajuda mútua, cujo objetivo é satisfazer as necessidades do homem, possibilitando-lhe obter em conjunto aquilo que não conseguiria sozinho.

Seus princípios foram definidos no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, de Manchester, realizado em setembro de 1995, tendo por base os princípios definidos, respectivamente, nos Congressos de Paris, 1937 e no de Viena, 1996, que passo a transcrever:

“1. Adesão livre e voluntária: Cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero.

2. Controle democrático pelos sócios: As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares os sócios tem igualdade na votação (um sócio, um voto); as cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.

3. Participação econômica dos sócios: Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte deste capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: reservas, parte dessas podendo ser



032664
L

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

4. Autonomia e independência: As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua, controladas por seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.

5. Educação, treinamento e informação: As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores, e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6. Cooperação entre cooperativas: As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7. Preocupação com a comunidade: As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros."

Dentro do sistema jurídico pátrio, a cooperativa resta definida pelo artigo 4º da Lei 5.764/71, *in verbis*:

"Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar



033 665
L

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;



034 666
L

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.”

Trata-se, como visto, de uma sociedade de pessoas, com interesses comuns, detendo os mesmo direitos e deveres, organizada economicamente de forma democrática, ou seja, cada sócio tem direito a apenas um voto, independentemente da quantidade de quotas por ele integralizadas.

Todos os cooperados participam da administração da cooperativa, através dos órgãos de administração, fiscalização e Comitê Educativo. Todos elegem seus representantes e participam das decisões em assembléias gerais, figurando efetivamente como donos e sócios do empreendimento, tendo a prerrogativa de dirigir e manter a empresa. E, para que a manutenção seja possível, há um incentivo para que os todos os cooperados capitalizem-na, uma vez que donos, a fim de que a cooperativa tenha meios de investir, fortalecer seu capital de giro e criar independência quanto a capital de terceiros.

Percebe-se, pois, que o fundamento de sua existência encontra-se na economia solidária, a partir da qual todos os cooperados usufruem as sobras e prejuízos advindos da sociedade, e na busca da obtenção de um desempenho eficiente, propiciando a satisfação de seus maiores propósitos, tais como o aprimoramento humano, o crédito, o trabalho, dentre outros.

Esta natureza solidária está prevista na Lei de Cooperativas pátria, sendo que o seu artigo 80 dispõe:



035 667
L

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

“Art. 80 As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta da fruição de serviços.

Parágrafo único. A cooperativa poderá, para melhor atender à equanimidade de cobertura das despesas da sociedade, estabelecer:

I – rateio, em partes iguais, das despesas gerais da sociedade entre todos os associados, quer tenham ou não, no ano, usufruído dos serviços por ela prestados, conforme definidas no estatuto;

II – rateio, em razão diretamente proporcional, entre os associados que tenham usufruído dos serviços durante o ano, das sobras líquidas ou dos prejuízos verificados no balanço do exercício, excluídas as despesas gerais já atendidas na forma do item anterior.”

Ademais, com a finalidade de dar operacionalidade à cooperativa, a lei distingue atos cooperados dos demais atos praticados pela cooperativa. O ato cooperado é definido pela OCESP como “a fusão do trabalho conjunto sócio x empresa na busca da satisfação das necessidades mútuas. O ato cooperativo é a ação partícipe onde, tanto o sócio como a cooperativa, operam em reciprocidade.” Assim, o ato cooperado não gera lucros, sendo mero instrumento de viabilização das atividades realizadas entre cooperativa e seus sócios-cooperados.

O artigo 79 da Lei 5.764/71 assim o define:

“Art. 79 Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.



036668
J

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Parágrafo único: O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.”

Nas palavras de Waldirio Bulgarelli, “posta desta forma a situação das sociedades cooperativas no ordenamento jurídico pátrio, cabe observar que a sua operacionalidade vista através da figura do ato cooperativo denota que não há compra e venda; nem operação de mercado, no chamado círculo interno das cooperativas. Daí não há que se falar em consumidor, incorporação, e outras figuras que tais” (BULGARELLI, Waldirio. “As Sociedades Cooperativas e sua Disciplina Jurídica”. Renovar, Rio de Janeiro, São Paulo. 2ª Edição Revista e Atualizada. 2000. p.163).

Assim, ao confrontarmos as legislações pertinentes, temos que os cooperados não podem ser equiparados a consumidores perante a sua própria cooperativa, senão vejamos:

Primeiramente, as cooperativas existem pelos e para os seus associados, que delas se utilizam para a consecução de uma finalidade comum. Conforme visto, seus membros são verdadeiramente sócios, e não meros associados. Somente este argumento bastaria para que se colocasse por terra a tese do recorrido. Todavia, ele gera desdobramentos que valem à pena serem apreciados, senão vejamos:

Muitas vezes, a finalidade buscada pelos sócios-cooperados através da cooperativa traduz-se em um implemento da sua atividade particular, como é o caso da maioria das cooperativas rurais, que se prestam, dentre outros objetivos, a disponibilizar serviços econômicos e assistência de interesse de seus



032669
L

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

associados, agricultores, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços (compra de insumos, assistência técnica, difusão de novas tecnologias, comercialização da produção e até beneficiamento e industrialização da matéria prima). Em última análise, estas empresas visam o desenvolvimento da produtividade de seus associados, já que os benefícios trazidos por esta melhoria são do interesse de toda a sociedade cooperativa. Outrossim, os cooperados rurais, não raramente, utilizam-se dos serviços prestados pela cooperativa para incrementar e viabilizar o seu próprio negócio. Destarte, nesta hipótese, não se enquadram no conceito de consumidor, conforme definição já apresentada.

Depois, os cooperados não se encontram em uma posição de hipossuficiência perante a cooperativa. Como resta óbvio, ao participar da tomada de todas as decisões envolvendo os interesses e futuro da empresa, ainda que por representação, os cooperados não ficam à mercê da vontade ou disponibilidade desta, sendo, ao contrário, parte ativa dentro do sistema cooperativo. Assim, não há justificativa para que um micro-sistema jurídico especializado, criado com a finalidade de equilibrar as relações entre o mais fraco (consumidor) e o mais forte (fornecedor) seja aplicado aonde este desequilíbrio não se verifica.

Ainda, enquanto que aos fornecedores é vedado a divisão dos riscos do empreendimento com seus consumidores, dentro do sistema cooperativo ocorre exatamente o contrário. Todos os cooperados correm os riscos do negócio em conjunto com a cooperativa, e isso pela razão de serem todos aptos a decidir os rumos que os negócios deverão tomar, não sendo meros expectadores das tomadas de decisão da empresa.



038 670
U

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Destarte, por todos os ângulos que se analise a questão, os cooperados não podem equiparar-se a consumidores perante a própria cooperativa.

Por fim, esclareço que nenhum efeito sobre este julgamento pode ter o entendimento esposado no agravo de instrumento nº 0150035-0 (fls. 171 e 592/596), porque lá se falou da ilegitimidade da executada para recorrer em defesa de um patrimônio que é de terceiro. Aqui é o terceiro, também Cooperativa, que promove a ação de embargos, em defesa do seu patrimônio próprio.

Diante dessa farta argumentação, dou provimento ao presente apelo, para reformar a sentença de primeiro grau, julgando procedentes os embargos de terceiro interpostos pela ora apelante, e invertendo o ônus da sucumbência. Além disso, determino a liberação da importância bloqueada pelo Juízo *a quo* em favor da apelante, condenando o apelado à sua devolução, caso a tenha levantado. Em resposta à última formulação da apelante, rechaço a suposta litigância de má-fé do apelado, por não verificá-la no caso concreto.

Eis os termos do meu voto.